

NOTA TÉCNICA AGRESE/CTGAS

Nº 019/2025

ASSUNTO: Pleito de extinção da TMOV aplicável para CONSUMIDORES LIVRES, AUTOPRODUTORES E AUTOIMPORTADORES classificados no SEGMENTO DE USO GRANDES USUÁRIOS. – SERGÁS.

ARACAJU-SE
Setembro/2025

Sumário

1- OBJETIVO	3
2- COMPETÊNCIA LEGAL.....	3
3- PLEITO DA SERGIPE GÁS S/A	6
4- ANÁLISE DO PLEITO DA SERGIPE GÁS S/A.....	7
5- CONCLUSÃO.....	10



REFERÊNCIAS: PROCESSO Nº 327/2025-ANA/TARIFA-AGRESE

ASSUNTO: Pleito de Extinção da Tarifa de Movimentação Consumidores Livres, Autoprodutores e autoimportadores do Segmento de Uso Grandes Usuários.

NOTA TÉCNICA AGRESE/CTGÁS Nº 019/2025

1- OBJETIVO

A presente Nota Técnica tem por finalidade analisar, para fins de homologação, o Pleito do Concessionário para Extinção da Tarifa de Movimentação Consumidores Livres, Autoprodutores e autoimportadores do Segmento de Uso Grandes Usuários.

2- COMPETÊNCIA LEGAL

i. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

§2º Cabe aos Estados explorarem diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

§3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”.

- ii. Lei federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995**, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

- iii. **Lei Federal nº 14.134, de 08 de abril de 2021**, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, e sobre as atividades de escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural; altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 9.847, de 26 de outubro de 1999; e revoga a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, e dispositivo da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
- iv. **Decreto Federal nº 10.712, de 02 de junho de 2021**, que Regulamenta a Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição, e sobre as atividades de escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural.
- v. **Decreto Federal nº 12.153, de 26 de agosto de 2024**, que altera o Decreto nº 10.712, de 2 de junho de 2021, que regulamenta a Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição, e sobre as atividades de escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural.
- vi. **Constituição do Estado de Sergipe de 1989**

“Art. 10. Ao Estado cabe, além dos poderes explicitados na Constituição Federal, o exercício dos remanescentes.

Parágrafo único. Cabe ao Estado explorar, diretamente ou mediante concessão a empresa estatal, com exclusividade de distribuição, os serviços locais de gás canalizado.

[...]

Art. 161. A lei disporá sobre o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos estaduais, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação e as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão e permissão, bem como sobre o direito dos usuários, a política tarifária e a obrigação de manter serviços adequados e eficientes.”

- vii. **Lei Estadual n.º 3.305, de 28 de janeiro de 1993**, que autoriza a criação da Empresa Sergipana de Gás S.A. - Emsergás, e dá outras providências.
- viii. **Lei Estadual n.º 5.407 de 02 de agosto de 2004**, que dispõe sobre a regulamentação dos serviços locais de gás canalizado.
- ix. **Lei Estadual n.º 5.578, de 25 de fevereiro de 2005**, que altera a denominação da Empresa Sergipana de Gás S/A - EMSENGÁS, para Sergipe Energias Renováveis e Gás S/A - SERGÁS, bem como altera o objeto social da mesma Empresa, e dá providências correlatas.
- x. **Lei Estadual n.º 5.707, de 31 de agosto de 2005**, que altera a Lei n.º 5.407, de 02 de agosto de 2004, que trata de regulamentação, quanto a regulação, controle, supervisão e fiscalização dos serviços locais de gás canalizado; dispõe sobre a participação da Administração Direta na análise de legalidade do processo de licenciamento ambiental de gasodutos no território do Estado de Sergipe; estabelece a exigência de autorização prévia para o exercício das atividades de construção, instalação, ampliação e operação de dutos de gás canalizado; e dá providências correlatas;
- xi. **Lei Estadual n.º 6.661, de 28 de agosto de 2009**, que dispõe sobre a criação e organização da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE, Autarquia em Regime Especial, com, dentre outras, atribuições de regulação das atividades de distribuição local de gás canalizado, concedidas por contrato específico à Sergipe Gás S/A - SERGAS.
- xii. **Decreto Estadual n.º 30.352, de 14 de setembro de 2016**, que aprova o Regulamento dos Serviços Locais de Gás Canalizado, no Estado de Sergipe, estabelecendo em seu Art. 2º o seguinte:

“Art. 2º. O Governo do Estado de Sergipe deverá regular, fiscalizar e supervisionar os SERVIÇOS LOCAIS DE GÁS CANALIZADO no Estado de Sergipe por meio da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE.”
- xiii. **Lei Estadual n.º 9.156, de 8 de janeiro de 2023**, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica, da Administração Pública Estadual, e dá demais providências correlatas.

- xiv. **Decreto Estadual nº 546, de 29 de dezembro de 2023**, que altera o Regulamento dos Serviços Locais de Gás Canalizado, no Estado de Sergipe, instituindo o mercado livre de gás natural.
- xv. **Contrato de Concessão de Serviços Públicos, de 11 de março de 1994**, que entre si celebram como Concedente o Estado de Sergipe e, como Concessionária, a Empresa Sergipana de Gás S.A – EMSERGAS, com a interveniência da Secretaria de Estado de Obras Públicas.

3- PLEITO DA SERGIPE GÁS S/A

A Sergas encaminhou o Ofício SERGAS nº 098/2025- DIREX, datado de 11 de agosto de 2025, por meio do qual pleiteia a extinção da TMOV aplicável para CONSUMIDORES LIVRES, AUTOPRODUTORES E AUTOIMPORTADORES classificados no SEGMENTO DE USO GRANDES USUÁRIOS, para fins de homologação pela AGRESE, conforme segue:

*“Ofício SERGAS nº 098/2025- DIREX
Aracaju, 11 de agosto de 2025.*

Ao Ilmo.

Sr. Luiz Hamilton Santana de Oliveira

Diretor Presidente

Agência Reguladora de Serviços Públicos de Sergipe (AGRESE)

Avenida Marieta Leite, 301 – Grageru, Aracaju/SE

Aracaju - SE, 49027-190

Assunto: Pleito de extinção da TMOV aplicável para CONSUMIDORES LIVRES, AUTOPRODUTORES E AUTOIMPORTADORES classificados no SEGMENTO DE USO DE GRANDES USUÁRIOS.

Prezado Diretor Presidente,

Considerando:

- i) o acordo firmado entre a Petrobras e a Proquigel tendo por objeto o encerramento do contrato de arrendamento da Planta de Produção de Fertilizantes FAFEN, localizada no município de Laranjeiras/SE;*
- ii) que a Petrobras pretende retomar a operação da FAFEN até o final de 2025;*
- iii) que a Petrobras manteve contato com a Sergas objetivando a abertura de negociação visando a assinatura de um Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD, nos termos da minuta padrão aprovada por essa D. Agência, sem qualquer vinculação*

- com o Contrato de Movimentação de Gás firmado entre a Sergas e a Proquigel;*
- iv) *que, como consequência do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD a ser firmado com a Petrobras, o Contrato de Movimentação de Gás firmado entre a Sergas e a Proquigel deverá ser rescindido, por perda de objeto;*
- v) *que a tabela da TMOV aplicável para CONSUMIDORES LIVRES, AUTOPRODUTORES E AUTOIMPORTADORES classificados no SEGMENTO DE USO GRANDES USUÁRIOS foi estruturada em 2020 pela Sergas visando, exclusivamente, o atendimento à Proquigel, não havendo, portanto, justificativa para a sua manutenção;*
- vi) *que, em função da conclusão da Revisão Tarifária de 2024, a Sergas deverá submeter à AGRESE o pleito de aprovação da TARIFA DE MOVIMENTAÇÃO - TMOV CONSUMIDORES LIVRES, AUTOPRODUTORES E AUTOIMPORTADORES DO SEGMENTO DE USO MATÉRIAPRIMA, que refletirá uma segmentação considerada mais adequada e transparente para todos os usuários.*
- Estamos pleiteando a extinção imediata pela AGRESE da TMOV aplicável para CONSUMIDORES LIVRES, AUTOPRODUTORES E AUTOIMPORTADORES classificados no SEGMENTO DE USO GRANDES USUÁRIOS.*
- Permanecemos à disposição para fornecer quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários e reiteramos nosso compromisso em manter uma comunicação transparente e eficaz com a AGRESE.*

Atenciosamente,

*Alan Alexander Mendes Lemos
Diretor(a) Presidente
Pablo Yutaka Ysobe Matsuo
Diretor Técnico e Comercial
Lauro Daniel Beisl Perdiz
Diretor Administrativo e Financeiro”*

Como se observa na transcrição do referido Ofício, o concessionário aponta diferentes considerações para a extinção da tarifa aplicável ao segmento designado como “Grande Usuários” e de seu escalonamento.

4- ANÁLISE DO PLEITO DA SERGIPE GÁS S/A

Trata-se de comunicação na qual a Sergas S/A apresenta considerações acerca do relacionamento do concessionário com os operadores da planta de fertilizantes localizada no município de Laranjeiras-SE.

No historiamento feito no Ofício é apontado, de maneira pertinente, que o agente

operador da planta encerrou o contrato de arrendamento e que a Petrobrás pretende retomar as operações até o final do ano 2025, indicando que o Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) formalizado anteriormente será rescindido por perda do objeto.

Sobre a Tarifa de Movimentação na Área de Concessão (TMOV), é importante afirmar que esta foi autorizada pela Portaria nº 29/2020 da Agrese, em acordo com análise do pleito do concessionário, conforme Nota Técnica nº 06/2020 da Câmara Técnica de Gás Canalizado. A reanálise desses instrumentos evidencia menções diretas às tratativas com o arrendatário da planta de fertilizantes, conforme pode ser visto na Figura 1.

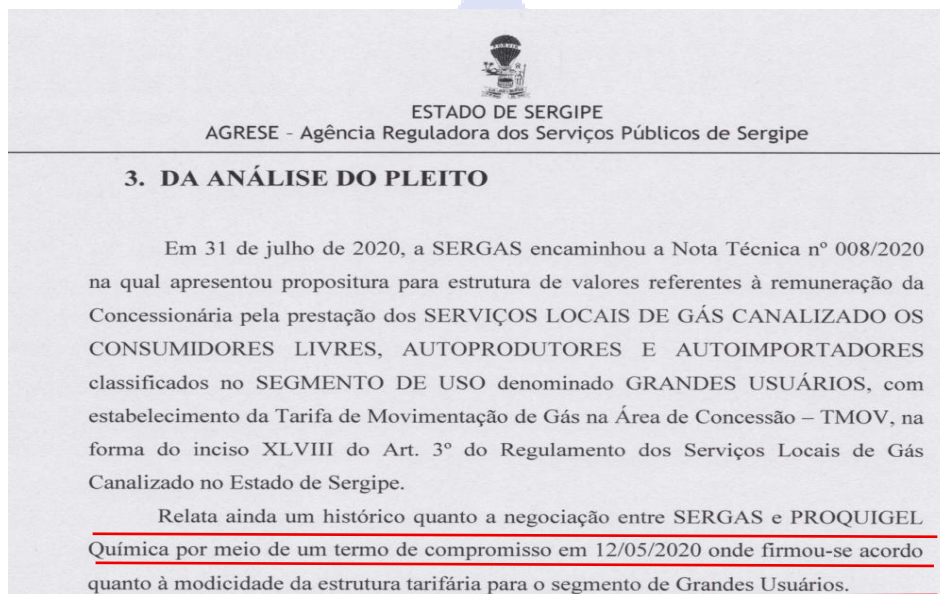


Figura 1 - Imagem extraída da página 5 da Nota Técnica nº 06/2020 CAMGAS

Conforme pode ser visto na Figura 1, no trecho destacado, a Tarifa de movimentação de gás estabelecida para operação da planta foi oriunda de um termo de compromisso formalizado entre a Concessionária e o agente que arrendou a planta, tendo desta forma natureza de Tarifa de Movimentação Específica (TMOV-E).

Reforça esse entendimento o fato de que a respectiva tarifa não passava por revisões vinculadas ao custo de prestação do serviço, mas sim com base em um índice pré-estabelecido entre as partes, conforme o artigo 1º, § 3º da portaria supracitada:

§ 3º - A estrutura da TMOV proposta será reajustada anualmente, no dia 1º de maio, pelo IGP-M, ou por outro índice de preços que venha a substituí-lo.

Conforme transcrição, a TMOV estabelecida tinha seus reajustes com base no IGP-

M e não com base nas variáveis previstas no Anexo I do Contrato de Concessão, o que foi objeto de discussão em outras manifestações da Agrese, que sempre defendeu a redefinição da tarifa em vigor, para que esta fosse devidamente tratada como uma TMOV-E.

Conforme declarado pela SERGAS S/A, há em curso um processo de rescisão do contrato de movimentação formalizado com o agente que arrendou a planta de fertilizantes pela perda do objeto e, em virtude disto, esta Câmara Técnica entende que a mesma interpretação é extensiva a estrutura tarifárias proposta entre os agentes, deixando esta de existir devido a não movimentação de molécula existente entre as partes que pactuaram a tarifa e sua forma de reajuste.

Face o exposto, esta Câmara Técnica recomenda:

1 - a extinção da tarifa ora em vigor, visto que ela estava formalizada para um contrato de movimentação que não mais existe.

2 – que as novas tarifas que vierem a ser propostas pelo concessionário estejam fielmente alinhada aos parâmetros previstos no Anexo I do Contrato de Concessão, com vistas a transparência e o adequado rito de revisão tarifária, salvo nos casos em que sejam estabelecidas tarifas específicas, na forma prevista nos normativos em vigor.

5- CONCLUSÃO

A Agrese, no âmbito de suas atribuições legais, têm competência para analisar e homologar as tarifas propostas pelos concessionários, devendo zelar sempre pela prestação do serviço de forma adequada face a aplicação de tarifas de forma módica e transparente.

Face o exposto entende-se por pertinente a extinção da tarifa designada para CONSUMIDORES LIVRES, AUTOPRODUTORES E AUTOIMPORTADORES classificados no SEGMENTO DE USO DE GRANDES USUÁRIOS, ficando a Concessionária obrigada a apresentar novo pleito para instituição de tarifas de movimentação para os agentes eventualmente interessados.

Encaminhe-se o presente documento ao Diretor Técnico Executivo, e posteriormente, à Procuradoria para análise e manifestação e, na sequência, à Diretoria Executiva para providências necessárias.

